

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE PARA A UFBA: partilhando experiências do RepositóriUM¹

Flávia Rosa²

Maria João Gomes³

Marcos Palácios⁴

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a experiência da Universidade do Minho (UM) com a implantação do seu repositório institucional (RI) que serve de base para a implantação do RI da UFBA, em andamento, e de sua política de acesso livre. Para este estudo, procedeu-se a uma análise de diferentes tipos de documentos, entrevista semi-estruturada e análise de dados referentes ao acesso ao RepositóriUM, registrados automaticamente pelo software de suporte. Quanto a implantação do RI da UFBA, além da verificação de documentos - portarias procedentes da administração central da universidade - utilizou-se o diário de campo onde estão registradas todas as ações. Por fim apresentam-se os aspectos peculiares adotados pelo RI da UFBA e os elementos inspiradores a partir da experiência da UM.

Palavras-chave: cultura científica, repositório institucional, comunicação científica, acesso livre à informação.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, tecnologias outras foram surgindo contribuindo para que os novos saberes: eruditos, acadêmicos, científicos, artísticos, dentre outros, chegassem a um público mais amplo. O século XX foi marcante, pois imprimiu uma revolução tecnológica a partir das guerras mundiais, motivando o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de se ampliar o acesso ao conhecimento.

Destaca-se nesse período a atuação de Vannevar Bush, autor do famoso texto *As We May Think*, publicado em julho de 1945, na *The Atlantic Review* (BUSH, 1945). Ele descreveu uma máquina que denominou de Memex, cuja finalidade era melhorar a memória humana, permitindo que o usuário armazenasse e recuperasse documentos. Seu nome está vinculado ao período que se atribui a “explosão da informação”. A essência de seu trabalho, no entanto, não era o volume da informação e sim a

¹ Texto produzido em fevereiro de 2010, no período do estágio doutoral, na Universidade do Minho, Braga, Portugal, como bolsista Capes. Tendo como orientador o Professor Marcos Palácios da Facom/UFBA e no estágio doutoral a Professora Maria João Gomes. Esse trabalho faz parte da tese em desenvolvimento intitulada *A disseminação da comunicação científica da Universidade Federal da Bahia: acompanhamento e avaliação crítica da implantação do Repositório Institucional*. A realização foi apoiado pelo CIED-UM - Portugal

² Doutoranda e professora da UFBA

³ Professora da Universidade do Minho - Diretora da revista *Educação, Formação & Tecnologias*

⁴ Professor da Facom/UFBA

necessidade de uma mudança na qualidade do tratamento da informação, pois para ele os métodos de transmitir e analisar os resultados das pesquisas eram inadequados diante da nova realidade.

A segunda metade do século XX trouxe uma série de alterações pautadas no desenvolvimento de instrumentos e sistemas de informação e comunicação com sua aplicação na economia, na política e na cultura. O regime de acumulação baseado na grande indústria desloca-se da função produtiva para as atividades imateriais. Há deslocamentos impostos pela globalização do mercado com relação à produção intelectual.

Esses sistemas de informação e comunicação são responsáveis por alterações nas relações sociais. Os avanços tecnológicos da comunicação e da informação permitiram o surgimento de redes de comunicação eletrônica, revolucionando os fluxos de informação e a forma de acesso, ampliando o espiral do conhecimento. Segundo Lévy (1999, p.26) “Trabalhar quer dizer cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos.” O símbolo para estas transformações é o computador que “[...] introduz um marco espaço-tempo radicalmente novo na sociedade moderna.” (KUMAR, 2006, p.50) além de ter requerido e ao mesmo tempo facilitado a convergência tecnológica com as telecomunicações e com a micro-eletrônica, permitindo a transmissão de dados quase instantaneamente entre todas as regiões do mundo. Esses são os instrumentos denominados como a base da Sociedade da Informação (SI).

O século XXI consolida esse novo formato da informação – eletrônica. A Internet possibilitou acesso às fontes de informação sendo relevantes o correio eletrônico, a *Web*, listas de discussão, *blogs*, *chats* e os repositórios, dentre outros. A informação antes apenas acessada por uma elite acadêmica passa a ter uma ampliação dessa acessibilidade para outras camadas da população. É um espaço de produção contínua de conteúdos, emissão e recepção destes por públicos que dependiam de outros meios de comunicação para se manterem informados e/ou adquirir saber.

Para os pesquisadores, não basta pesquisar, é necessário disseminar os resultados da pesquisa, tornando-os acessível e contribuindo para o avanço da ciência. A produtividade científica deve ser avaliada não apenas pela quantidade, mas, sobretudo pelo impacto – traduzido em qualidade – a partir do número de citações.

A corrida para a publicação do resultado das pesquisas nos periódicos científicos internacionais e os altos preços cobrados (ACRL, 2003; MARCONDES, 2009;

MULLER, 2006; RODRIGUES, 2004; SWANEPOEL, 2005) obrigaram os pesquisadores entregarem gratuitamente seus artigos para publicações em periódicos que na maioria das vezes a instituição onde havia sido desenvolvida a pesquisa não tinha recurso para adquirir. O lucro e a rentabilidade das editoras comerciais de periódicos científicos se sobrepuseram a finalidade essencial de disseminar o resultado das pesquisas. Segundo Marcondes, “A maior parte dos títulos de periódicos acadêmicos é editada por um mercado protagonizado por oligopolistas, que assim, passaram a usufruir de ganhos” (MARCONDES, 2009, p. 91), Não havia, pois um compartilhamento de interesses, com os editores.

A denominada “crise dos periódicos acadêmicos” (MARCONDES, 2009; RODRIGUES, 2004), no final da década de 1990, causou um impacto sem precedentes, sobretudo, para as bibliotecas de países periféricos. Por outro lado, os avanços tecnológicos com o surgimento da Internet possibilitaram uma reação da própria comunidade acadêmica internacional graças às facilidades para publicação decorrentes da WEB. É nesse cenário que surgiu o movimento mundial de Acesso Livre que significa disponibilizar na Internet a literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada ou referenciada, contribuindo para o avanço da ciência. Essa forma tem se firmado cada vez mais e começou a se consolidar no início deste século com a assinatura da Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (2003).

O objetivo deste trabalho é analisar a experiência da Universidade do Minho (UM) com a implantação do seu repositório institucional (RI) que serve de base para a implantação do RI da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em andamento, e de sua política de acesso livre. Para este estudo, procedeu-se a uma análise de diferentes tipos de documentos (desde normativos da UM a *papers* publicados em revistas e anais de congressos), bem como à análise de dados referentes ao acesso ao RepositóriUM, registrados automaticamente pelo software de suporte ao RI⁵. Partindo da análise preliminar dos documentos referidos, elaborou-se um roteiro que serviria de base à realização de uma entrevista semi-estruturada com o diretor dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM) – Eloy Rodrigues –, que em 2003 liderou a criação do RepositóriUM, projeto que ainda hoje coordena.

⁵ Os autores agradecem a Eloy Rodrigues, Diretor dos Serviços de Documentação da SDUM, e a Ricardo Saraiva, a disponibilização de muitos dos dados referidos neste texto.

Quanto a implantação do RI da UFBA, além da verificação de documentos - portarias procedentes da administração central da universidade e do grupo gestor - utilizou-se o diário de campo onde estão registradas todas as ações da implantação do RepositóriUM.

EXPERIÊNCIA DO REPOSITÓRIUM

A Universidade do Minho (UM), em Portugal, foi a primeira comunidade mundial de língua portuguesa e uma das primeiras da Europa a traduzir e implementar um RI (RODRIGUES et al., 2004). A criação deste Repositório (RepositóriUM) ocorreu no âmbito do projeto Campus Virtual (e-UM) da mesma Universidade, submetido à iniciativa da Universidade Eletrônica (e-U), estabelecida pelo Governo Português. Coube, em 2003, aos Serviços de Documentação (SDUM), unidade organizacional responsável pelas bibliotecas da UM e autores da proposta do projeto, a execução do mesmo. Esse projeto desenvolvido pela UM tem servido de base para o estudo de implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia.

O desenvolvimento do projeto na UM se iniciou com um “[...] estudo do estado da arte sobre repositórios institucionais, e a avaliação das plataformas em código aberto que permitem a criação desse tipo de sistema.” (RODRIGUES et al., 2004). Em abril de 2003 definiu-se como plataforma a ser utilizada o DSpace⁶ – um sistema em código aberto desenvolvido numa parceria entre o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Hewlett-Packard (HP). Segundo seus criadores o DSpace é “um sistema inovador de bibliotecas digitais para recolha, armazenamento, indexação, preservação e redistribuição, em formato digital, da produção intelectual de comunidades universitárias” (DSPACE FEDERATION, 2003). Possui uma arquitetura de *software* simples, porém eficaz, utiliza tecnologia recente, foi desenvolvido para ser implementado em repositórios institucionais e está direcionado para o acesso aberto à publicação acadêmica. Possibilita a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema desde seu início teve a característica de ser facilmente adaptado a outras instituições, aceitar qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

⁶ <http://www.dspace.org>

O RepositoriUM foi organizado em comunidades correspondentes às unidades orgânicas da Universidade – departamentos, centros de pesquisa, laboratórios entre outros – definiu-se três objetivos principais (Quadro 1) bem como as condições para ser depositário e as normas mínimas de arquivamento (Quadro 2).

QUADRO 1 – Objetivos.

Contribuir para ampliar o impacto da pesquisa desenvolvida na UM, consequentemente aumentando a visibilidade e a acessibilidade a sua produção científica;
Preservar a memória intelectual e cultural da UM;
Facilitar a gestão da informação na Universidade constituindo-se como um componente do seu sistema de informação.

Fonte: Baseado em (RODRIGUES, 2005)

QUADRO 2 - Condições básicas para arquivamento

Autor ou coautor ser membro da UM
Resultado de atividade de ensino ou Inovação e Desenvolvimento (I&D)
Formato digital
Completo e pronto para publicar
Permanente
Concessão à UM do direito não exclusivo de preservar e dar acesso através do RepositoriUM

Fonte: Baseado em (RODRIGUES, 2005) e (RODRIGUES et al., 2004)

A fase piloto do projecto permitiu identificar algumas áreas e questões problemáticas que o próprio grupo de implantação procurou solucionar e que se apresentam no quadro 3.

QUADRO 3 – Áreas problemáticas.

Áreas problemáticas identificadas na fase piloto da implementação do RepositóriUM:
Propriedade intelectual e direitos do autor (copyright)
Promoção e mobilização da comunidade de pesquisadores e das bibliotecas;
Controle de qualidade dos conteúdos
Reflexão sobre a contribuição da investigação como um todo e para a sociedade em geral
Enquadramento do RI no sistema de comunicação acadêmica e científica tradicional

(Fonte: Rodrigues et al., 2004)

No sentido de resolver ou atenuar alguns dos problemas identificados durante a fase piloto foram levadas a cabo várias iniciativas desde apresentações sobre a sistemática de funcionamento do repositório, ao desenvolvimento de um Kit informativo, disponível no site do repositório que orienta relativamente ao processo de criação das comunidades⁷.

⁷ Disponível em <http://repositorium.sdum.minho.pt/about/index2.htm>

Na terceira fase do processo foram constituídas comunidades piloto para testar o sistema com outros tipos de documentos, além das teses e dissertações – foi proposto a seis unidades orgânicas da UM a sua inclusão na fase piloto do estudo, sendo que nesta fase apenas 4 dessas unidades aceitaram constituir-se como comunidades no RepositóriUM. Na seleção das unidades orgânicas convidadas a integrar a fase piloto do projecto foram adoptados alguns critérios: (i) diversidade de áreas científicas; (ii) localização geográfica e tipo de unidade orgânica⁸; e (iii) relevância da produção científica.

No momento da implantação do RepositóriUM, foi concedida ampla liberdade para a estruturação das comunidades – pelo que estas correspondem as unidades orgânicas da universidade de natureza e dimensões diferenciadas, normalmente departamentos ou centros de pesquisa. Cada comunidade, para ser constituída, necessita de designar um coordenador, alguém que assuma a responsabilidade de gestor da comunidade funcionando como interlocutor entre a comunidade e a equipa do SDUM, responsável pelo repositório. Houve também grande flexibilidade na definição do tipo de documentos a ser depositados, permitindo assim que os mesmos se aproximem o mais possível da natureza da produção académica e científica dos membros de cada comunidade, da respectiva área científica e tradição de publicação. Assim, encontram-se 12 tipos diferentes de documentos disponíveis no RepositóriUM de acordo com a tipologia representada no quadro 4. Com base nos dados do quadro 4, na página seguinte, constata-se que os textos em livros de atas de eventos científicos e os artigos em revistas, representam 73,13% do total de documentos arquivados.

Na definição das condições de arquivamento foi também permitido aos depositantes optarem por regimes diferenciados em termos da acessibilidade aos documentos, sendo que em alguns casos estes ficam de consulta restrita aos *campi* universitários, embora na sua generalidade o acesso seja possível a nível mundial.

As condições para arquivamento adoptadas ao nível o RepositóriUM seguem, nas suas linhas gerais, os princípios usuais deste tipo de repositórios, sendo que compete a cada um dos depositantes, ou seja, a qualquer um dos membros pertencentes a uma comunidade, assegurar o cumprimento das condições de depósito, nomeadamente durante o processo de autoarquivo.

⁸ A UM possui dois *campi*, localizados em duas cidades diferentes: Braga e Guimarães e é constituído por unidades orgânicas de natureza diferente nomeadamente os departamentos e centros de investigação.

QUADRO 4 – Tipo e quantidade de documentos disponível no RepositórioUm referente a Janeiro de 2010

TIPO	DOCUMENTOS	%
Textos em livros de actas de eventos científicos	3 613	40,80
Artigos em revistas	2 863	32,33
Dissertações de Mestrado	907	10,24
Dissertações de Doutoramento	623	7,03
Capítulos de livros	289	3,26
Outros	199	2,25
Working papers	194	2,19
Livros	84	0,95
Relatórios	35	0,40
Documentos preprint	32	0,36
Resenhas	10	0,11
Palestras	5	0,06
Patentes	2	0,02
Total	8856	100%

Fonte: Dados fornecidos pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM)

A análise do Despacho RT 56/2004, de 6 de dezembro de 2004 - documento com origem na reitoria da UM, no qual se estimulavam as diferentes unidades orgânicas da universidade a aderir ao projecto do RI - apontava para uma política institucional no sentido da obrigatoriedade do depósito por parte dos professores/ investigadores da UM, revelendo o empenho da reitoria nesse projeto. Contudo, é possível verificar, pela análise das comunidades constituídas e pelo confronto entre a produção e publicação científica dos professores/investigadores da UM e o volume de depósitos efetuados, que esse princípio não tem sido cumprido de forma exaustiva. De acordo com os dados recolhidos na entrevista ao responsável máximo do projecto, e Director dos SDUM, de fato a intenção era a obrigatoriedade de depósito, no entanto, sem que o não cumprimento da mesma implicasse penalizações efetivas. Ou seja, adotou-se uma abordagem frequentemente designada de *soft mandate* (mandato leve), relativamente a esta questão. De acordo com Rodrigues (2010), mais importante que uma política de obrigatoriedade, é o trabalho de conscientização e estímulo da comunidade para que proceda sistematicamente ao depósito.

O empenho da reitoria da UM no projecto do RI revela-se em outras iniciativas, para além da política institucional de “obrigatoriedade” do depósito, com particular destaque para a medida de estímulo financeiro ao depósito promovida no ano de 2005. Em 2005 a reitoria passou a dar um incentivo financeiro (Circular RT- 06\2005 de 15 de março de 2005) às unidades orgânicas da UM que procedessem ao depósito no

RepositóriUM, condicionando esse apoio ao volume de depósitos efectuados e à natureza dos documentos disponibilizados. Esta iniciativa por parte da reitoria revelou-se eficaz tendo-se registado em 2005 um aumento significativo no número de comunidades constituídas e de arquivamentos efectuados (ver quadro 5).

QUADRO 5 – Evolução das Comunidades e do número anual de depósitos por ano

Ano	Dezembro 2004	Dezembro 2005	Dezembro 2006	Dezembro 2007	Dezembro 2008	Dezembro 2009
Nº de comunidades existentes	7	33	35	35	36	36
Nº de documentos depositados por ano	626	3105	4990	6296	7391	8806
Taxa de crescimento do nº de depósitos efectuados relativamente ao ano anterior	---	396%	61%	26%	17%	19%
Rácio nº de documentos depositados por ano/nº de comunidades existentes	89	94	143	180	205	245

Fonte: Dados fornecidos pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM)

De fato, o processo de crescimento do RepositóriUM, nomeadamente em termos do número de comunidades constituídas foi bastante rápido. Tendo sido lançado publicamente em 2003, com apenas quatro comunidades iniciais, em 2005, ano em que a Reitoria divulga amplamente, ao nível da instituição, a política institucional relativamente ao RepositóriUM e relativamente ao qual lança um programa de incentivo financeiro dirigido às diferentes unidades orgânicas das UM, atribuindo às mesmas um reforço financeiro em função do tipo e do número de documentos que as mesmas disponibilizassem no RepositóriUM. Esta política parece ter tido um efeito positivo, como sugere o enorme crescimento do repositório em termos de número de comunidades constituídas, passando de 7 em 2004 para 33 em 2005, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 371%, e o número de depósitos anuais, que passa de 626 para 3105 em 2005, o que representa um acréscimo de depósitos de 396% (ver quadro 5). Importa, contudo, ter presente, como apontado por Eloy Rodrigues na entrevista realizada (Rodrigues, 2010), que o ano de 2005 foi o principal ano de constituição de comunidades, na sequência do estímulo financeiro divulgado através da Circular RT-06\2005 de 15 de março de 2005, e que esse processo, em alguns casos, esteve associado ao depósito de conjuntos significativos de documentos, por vezes organizados de forma institucional pelas comunidades, não correspondendo por isso, exclusivamente a processo de auto-arquivamento.

Destaca-se ainda a posição ocupada pela Universidade do Minho entre as Universidades portuguesas no Ranking Web of World Universities⁹, em janeiro de 2010, ela ocupa a 2ª posição entre as universidades portuguesas e a 275ª posição entre as Universidades do Mundo e a 100ª entre as da Europa e sendo o RepositórioUM o 2ª entre as universidades portuguesas, numa demonstração que de fato estão no caminho certo.

IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – RepositóriUFBA

Em 2007, com o objetivo de disponibilizar os conteúdos da produção da Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) em acesso livre, buscou-se o apoio do Centro de Processamento de Dados da UFBA (CPD) para propor a criação de um Repositório Institucional (RI) a partir da instalação do software livre, Dspace. Essa proposta originou-se de uma das recomendações da dissertação de mestrado *Pasta do professor: uso de cópias nas universidades*, defendida em outubro de 2006 no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA. O objetivo da proposta era minimizar o uso de cópias de livros dando acesso livre a produção da Editora. Nesse mesmo ano em setembro, o Dspace foi instalado no servidor da UFBA, e percebeu-se, então que para alcançar os resultados desejados, a criação do RI deveria ser repensada na forma de um projeto mais amplo e não restrito a EDUFBA. Essa implantação do RI foi então transformada em projeto de pesquisa de doutorado submetida à seleção e aprovada para o ano letivo de 2008, no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação. Para a estruturação do projeto, pensando o RI como uma política da Instituição (ROSA; BARROS, 2008), as principais motivações foram: a redução da exclusão cognitiva, a possibilidade de redução do uso de cópias de livros no ambiente acadêmico, ampliação da visibilidade da produção das áreas de artes (Dança, Música, Teatro e Artes Plásticas),

⁹ O Ranking Web é publicado desde 2004, duas vezes por ano – janeiro e julho – cobrindo mais de 18 mil Instituições de Ensino Superior (IES) de todo mundo, e verifica a presença dessas IES na web, medindo o desempenho global, a visibilidade e o compromisso com a difusão do conhecimento. A partir da edição de julho de 2009, o Cybermetrics Lab do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), centro de pesquisa da Espanha que produz o ranking, introduziu alterações na forma de cálculo, premiando os "conteúdos abertos" na Web e diminuindo desse modo o "desvio" provocado pela forma de pesquisa (Google) que favorecia os Estados Unidos. Disponível em: <http://www.webometrics.info/>

ampliação da visibilidade da pesquisa da UFBA em todas as áreas e conseqüentemente, contribuir de certa forma com o desenvolvimento da ciência do país.

Desde a sua concepção, esse projeto foi fundamentado na experiência bem sucedida da Universidade do Minho. Em junho de 2008, em visita técnica a esta Universidade foi possível dialogar com o Dr. Eloy Rodrigues, diretor dos SDUM. Na ocasião, a principal questão levantada por Rodrigues foi a ausência de uma política institucional quando ocorreu a implantação do RI na Universidade da Minho, questão que foi corrigida e com isso se ampliou a adesão da comunidade ao auto-arquivamento permitido por essa modalidade de arquivo aberto e do software utilizado. Ainda em junho, antes da visita a Universidade do Minho, o projeto foi apresentado ao Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho, que de imediato entendeu que o RI deveria, de fato, ser encaminhado como uma política da Instituição.

O processo de instalação do DSpace na UFBA, se iniciou em setembro de 2007. Um processo lento e sem uma definição de responsabilidade de um técnico do CPD para esta tarefa e com dúvidas frequentes, solucionadas por um técnico do Ibict, Milton Shintaku e a participação de Rodrigo Meirelles, bibliotecário e mestre em Ciência da Informação pelo ICI\ ICUFBA, que já dominando o sistema de periódicos eletrônicos SEER, se interessou em participar voluntariamente do projeto e hoje coordena o grupo técnico. A efetivação deste processo só ocorreu, na prática, em 2008, sendo que em novembro deste mesmo ano foi necessário migrar para a nova versão do DSpace. Nesta etapa, a participação de Meirelles e Shintaku junto ao técnico do CPD foi imprescindível para a finalização da instalação. A partir dessa parceria foi traçado um planejamento para execução do processo de customização e outras ações referentes a política para o RI. (Quadro 6)

Concluída essa etapa com relação ao Dspace, finalizada a adequação do lay-out e criada a página principal do RI, iniciou-se os testes a partir do que se estabeleceu como projeto piloto com a disponibilização do catálogo de livros da EDUFBA, por ser um órgão interdisciplinar e aglutinador que interage com todas as áreas da Universidade e agrega uma parte da produção científica da UFBA. Para tanto o Conselho Editorial definiu a política de arquivamento para esse conteúdo:

- O Conselho editorial da Editora da UFBA será soberano nas decisões relativas ao arquivamento dos conteúdos produzidos pela Editora;
- Todo e qualquer conteúdo, já publicado, para ser disponibilizado deverá ter a concordância do autor(es) ou organizador(es), mediante assinatura de um termo. Os

autores com conteúdos a serem publicados, no ato de assinatura do contrato, estarão autorizando sua disponibilização, obrigatoriamente.

- Os livros esgotados e relevantes, após análise do Conselho editorial, serão disponibilizados na íntegra;
- As Coleções MANUAIS e SALA DE AULA além de outras que surgirem tendo como objetivo dar suporte aos cursos de graduação e pós-graduação serão disponibilizadas na íntegra, independente da data de lançamento;
- Títulos definidos pelo Conselho editorial, a partir da análise do parecer, que se destina a um público muito restrito, ficarão disponíveis apenas no RI;
- Os novos títulos, excetuando as coleções definidas anteriormente, serão arquivados no RI após seis meses de lançamento, salvo nos casos em que editais e/ou contratos recomendem a obrigatoriedade do acesso livre.

Em 12 de dezembro de 2008, aconteceu no Rio de Janeiro o I Workshop sobre Acesso Livre nas Unidades de Pesquisa. Na ocasião foi apresentada a Carta do Rio de Janeiro, que teve a assinatura de 10 (dez) instituições de ensino e pesquisa e outras instituições presentes se comprometeram em discutir no âmbito de suas instituições e Dr. Helio Kuramoto, do Ibict, fez uma explanação sobre o Edital para chamadas de projeto para a distribuição de 70 servidores às instituições públicas de ensino e pesquisa. Com este Edital deu-se o primeiro passo para a implantação de ações contemplando o acesso livre à produção científica das unidades de pesquisa. As instituições contempladas através desse Edital receberiam um servidor com o DSpace instalado. Logo que publicado o referido Edital, decidiu-se que mesmo com o Dspace já instalado no servidor da Universidade, a UFBA participaria no concurso o que lhe permitira, caso fosse contemplada, ter um servidor exclusivo para o RI e com as instalações do DSpace bem como um kit tecnológico completo para atender inclusive a estatísticas relativas ao Repositório. Encaminhou-se a proposta e em março de 2009 a UFBA recebeu o convite do Ibict para ser uma das Instituições piloto do projeto.

Para a implantação de uma política institucional para respaldar esse projeto na UFBA, foi necessário a criação de um grupo gestor designado através de portaria pelo Reitor, para elaborar as políticas de depósitos para o RI. Essa questão passa não apenas pela definição de critérios de depósito mas também de financiamento e de definição de linhas de trabalho para sensibilização da comunidade científica da Universidade. Em 7 de janeiro de 2010, o Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho, assinou a Portaria nº 24/2010 que estabelece a política de arquivamento para o Repositório Institucional da UFBA.

QUADRO 6 – Ações de implantação do RepositóriUFBA

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Atualização da versão do Dspace	Atualização do sistema para versão 1.5.1 com banco de dados PosGreSql e sistema operacional Linux, instalado em um servidor da UFBA;
Customização do formulário de entrada	Adequação do formulário padrão do DSpace às necessidades de descrição dos registros a serem depositados no RI de acordo com as políticas de conteúdo do RI. Definição e levantamento dos metadados, associação dos metadados com o padrão Dublin Core e ajustes nos metadados do formulário padrão do DSpace para entrada dos dados;
Implantação do tema	Ajustes para adequação do layout do sistema a proposta do RI, respeitando-se a estrutura do sistema, pois o mesmo já possui uma arquitetura funcional e a manutenção da estrutura padrão também facilita a inserção de novos recursos e a atualização de versão;
Configuração das comunidades	Elaboração de uma estrutura baseada nas políticas de conteúdo, de submissão e preservação de acordo com os recursos disponíveis no sistema. Com base nessa estrutura o RI é organizado a partir de Comunidades – unidades da UFBA (Escolas, departamentos, institutos e centros de pesquisa). Cada comunidade pode organizar os seus documentos em diferentes coleções individualmente, com base na política do RI.
Criação do grupo gestor	Através da Portaria nº 189 de 1 de abril de 2009, foi criada pelo Reitor o Grupo gestor do RepositóriUFBA com representantes do ICI, EDUFBA, FACOM, CPD. Em janeiro de 2010 passa a fazer parte também um representante do Sistema de bibliotecas.
Recebimento do Kit tecnológico – projeto piloto coordenado pelo Ibict	Consta dos seguintes equipamentos de uso exclusivo do repositório: um servidor DELL PowerEdge T300, processador Xeon Quad Core, com 4Gb de memória RAM e 2 HDs Satã de 512Gb, RAID 1 (Espelhados). Sistema operacional baseado na Plataforma UNIX\LINUX. Softwares: DSpace 1.5.1, instalado com o embargo e as estatísticas da Universidade do Minho e o SEER e pacotes: Apache 2.1 (um), PHP 5, MySQL, Postgresql, Tomcat 6, Java versão JDK 1.5, Pacotes Java-Ant, Ant-optional e Maven 2.
Encaminhamento ao Reitor da proposta de política para o RI, definida pelo Grupo gestor	Assinatura da Portaria de nº 024 de 7 de janeiro de 2010 que institui a política para o Repositório Institucional da UFBA.

Fonte: Grupo técnico e diário de campo da autora

O RepositóriUFBA está organizado em torno de comunidades que correspondem às unidades (Escolas, Faculdades, Institutos) da Universidade Federal da Bahia. Cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes coleções (tipos de documentos ou informação). O número de documentos por coleção é ilimitado. As coleções contemplam os mesmos tipos de documentos estabelecidos pelo RepositóriUM aos quais se adicionou os documentos de tipo “partitura” e “obras artísticas”, numa resposta às particularidades da UFBA.

Com o processo de implantação do RepositóriUFBA ainda em desenvolvimento, destaca-se que produção científica da UFBA vem se ampliando a cada ano, consequência natural da ampliação do número de Programas de Pós-graduação e grupos

de pesquisa, no entanto a visibilidade dessa produção não corresponde a esse crescimento. A posição ocupada pela UFBA no Ranking Web das Universidades do Mundo¹⁰, elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisa da Espanha, em junho de 2009, era a 422ª posição, a 19ª no continente Latino Americano e a 12ª posição em relação às demais universidades brasileiras. Em janeiro 2010 essas posições se alteram para os seguintes índices: 555ª posição, a 16ª no continente Latino Americano e a 11ª posição em relação às demais universidades brasileiras. Há, no entanto, um descompasso evidente entre a primeira colocada e a UFBA, sobretudo no item visibilidade e produção acadêmica disponível e citada. A primeira colocada em termos de visibilidade ocupa a 61ª posição e produção científica disponível e citada 12ª, enquanto a UFBA 669ª e 133ª posições respectivamente, embora em relação a julho de 2009, a UFBA melhorou sua posição em relação às instituições da America Latina e ao Brasil.

CONCLUSÃO

Diferentemente da Universidade do Minho que participou desde muito cedo do movimento mundial do Acesso Livre - o Budapest Open Access Initiative (BOIA) foi divulgado em 2001 e em 2003 tinham início as atividades para a implantação do RepositóriUM - a UFBA somente em 2010 terá finalizada a implantação do seu repositório. Segundo Kuramoto¹¹, no Brasil, o marco para o Acesso Livre pode ser considerado como correspondendo ao lançamento do Manifesto Brasileiro em prol do Acesso Livre ao Conhecimento Científico no dia 05 de setembro de 2005.

As articulações para o processo do RI da UFBA decorre de uma ação da Editora da UFBA que aos poucos conseguiu sensibilizar e agregar outros setores importantes como: a administração central da universidade, o Instituto de Ciência da Informação, o Centro de Processamento de Dados e o Sistema de Biblioteca (SIBI), atualmente integrantes do grupo gestor do RepositóriUFBA.

Para a UFBA, em fase inicial de implementação do seu RI, poder contar com a existência de uma versão traduzida do Dspace e de sistema estatístico¹² desenvolvido na UM representou uma mais valia, a que acresce o benefício do conhecimento das medidas e políticas adotadas na UM, e disseminadas através de vários artigos científicos.

¹⁰ <http://www.webometrics.info/>

¹¹ Entrevista concedida a autora por e-mail, respondida em 26 de janeiro de 2010.

¹² StatisticsAddOn, disponível em: <http://wiki.dspace.org/index.php/StatisticsAddOn>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2010.

Os sucessos registrados pelo não dispensam a necessidade de se continuar a investir na promoção e divulgação do RI¹³, seja através de apresentações internas na própria instituição, seja em outros contextos e países. Exemplo que deve ser seguido pela UFBA, seja divulgando o seu repositório, seja participando de ações conjuntas com outras instituições em prol do acesso livre para a produção científica.

Como referimos anteriormente, o desenvolvimento do projeto do RI da UFBA, considerou-se as peculiaridades da instituição como é o caso dos cursos nas áreas de Dança, Música, Teatro e Artes Plásticas requerendo um tipo de documento específico que são partituras e obras artísticas.

Os seis anos de criação e desenvolvimento do RepositóriUM, possibilitam que Rodrigues (2010) apresente as seguintes sugestões para outras instituições que se estejam iniciando na implantação de RI: (i) “Não tentar inventar a roda”; (ii) Aprender com os outros; (iii) Não ficar procurando a perfeição; (iv) Lançar o repositório com uma massa crítica de adesão (em torno de quatro comunidades); (v) Conceder autonomia às comunidades mas não de forma excessiva para que não ocorra falta de uniformidade e (vi) divulgar ao máximo possível o RI tanto para a comunidade interna como externa. Para que a Universidade Federal da Bahia tenha o sucesso almejado no seu projeto, fica evidente a necessidade de um compromisso da administração central da instituição, tanto no que diz respeito à política como também aos recursos. A mobilização em torno da questão é importante para que os pesquisadores tenham consciência da necessidade, hoje, de adesão ao *Open Access*, acompanhando as mudanças na forma de disseminação da produção científica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Principles and strategies for the reform of scholarly communication**. 2003. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/principlesstrategies.cfm>>. Acesso em: 06 dez. 2009.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. 2003. Disponível em: <

<http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>. Acesso em: 08 jun. 2006

¹³ No caso do RepositóriUM, uma iniciativa importante neste domínio é a sua integração no projeto do governo português, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), que tem como objetivo “aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da actividade académica e de investigação científica nacional e facilitar o acesso à informação sobre a produção científica nacional em regime de ‘open access’, bem como integrar Portugal num conjunto de iniciativas internacionais neste domínio”. (RCAAP, 2009).

BUSH, Vannevar. As We May Think. **The Atlantic Monthly** 176.1 (July): 101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>. Acesso em: 20 set. 2005.

DSpace Federation – Dspace at MIT (2003). Disponível em: <http://DSpace.org/introduction/index.html>. Acesso em: 4 jan. 2007

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2.ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCONDES, Carlos Henrique. O acesso livre na informação científica e tecnológica. IN: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. **Seminário SUS 20 anos: desafios para a informação e comunicação em Saúde**. Rio de Janeiro: Fio Cruz- ICICT, 2009. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/cict/media/susrevisado.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.

MUELLER, Susana. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v.35, n. 2, p. 27-38, maio-ago. 2006.

Repositório científico de acesso aberto de Portugal (RCAAP). 2009. Disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/>. Acesso em: 23 out. 2003.

RODRIGUES, Eloy et al. RepositóriUM : criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004. Nas encruzilhadas da informação e da cultura : (re)inventar a profissão, **Actas...**[CD-ROM]. Lisboa : Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2004.

RODRIGUES, Eloy. Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de auto-arquivamento da Universidade do Minho. **Cadernos BAD**, 2005, vol. 1, 21-33. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3478/1/Cadernos%20BAD%201%20200505%20rodrigues.pdf>. [Acesso em: 20 dez. 2005]

RODRIGUES, Eloy. Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de auto-arquivamento da Universidade do Minho. **Cadernos BAD**. v. 1, p. 21-33, 2005.

RODRIGUES, Eloy. **Implantação do Repositório Institucional da Universidade do Minho**, 2010. Entrevista semi-estruturada concedida a Flavia Garcia Rosa, no SDUM, Braga, Portugal, em 11 de janeiro.

ROSA, Flavia Garcia; Barros, Susane. **Políticas de comunicação da Universidade Federal da Bahia: implantação do repositório institucional**. 2º CIPECC- Conferência Ibero-Americana de Publicações Eletrônicas no Contexto da Comunicação Científica, 2008. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cipecc2008.ibict.br/index.php/CIPECC2008/cipecc2008/paper/view/25/53>. Acesso em: 23 jan. 2009

SWANEPOEL, Marinus. Digital Repositories: all hype and no substance; 2005. Disponível em: www.iatul.org/.../public/.../Swanopel-DigitalrepositoriesSwanepoelfinal.doc. Acesso em: 2 dez. 2009.